



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

**DECISÃO DO PRESIDENTE**

**Assunto:** RESPOSTA ao recurso administrativo referente ao RDC nº 04/2022-CBMPA.

**Objeto:** REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO OPERACIONAL E ACOMODAÇÕES DO COMANDO GERAL.

**Licitante Recorrente (razões apresentadas):** L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34.

**Licitante Recorrida (contrarrazões):** CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05.

**Abertura da Sessão:** 16/05/2022.

**1. INTRODUÇÃO**

O presidente da comissão do RDC nº 04/2022-CBMPA, no exercício das suas atribuições regimentais designadas pela Portaria nº 130/2022 e, e por força dos art. 45 da Lei 12.462/2011 e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas considerações e decisões acerca do Recurso Eletrônico interposto pela L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, em relação ao Item 01 do RDC supracitado.

**2. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRASNET**

✓ 06.336.443/0001-34 - L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA  
Data/Hora: 13/07/2022 14:42

Julgamento de Proposta: Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta

Habilitação de Fornecedor: Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de habilitação

**3. DA ACEITABILIDADE DO REGISTRO DE MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO E DO PRAZO**

Haja vista que as manifestações de intenção de recursos da licitante ocorreram de forma tempestiva e preencheram os requisitos mínimos para suas aceitações, nos termos

FL. Nº _____
Visto _____



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

das legislações vigentes, as mesmas foram aceitas e, iniciado assim o prazo para apresentação de suas respectivas razões.

#### **4. DO REGISTRO DAS RAZÕES E DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO**

De acordo com o Decreto nº 1.974/2018, em seus arts. 47 e 48, após manifestação de intenção de recurso, o prazo para apresentação das razões do recurso seria de 05 (cinco) dias úteis. Na oportunidade, a recorrente L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA inseriu suas razões de recurso no Sistema Comprasnet dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado. As contrarrazões foram inseridas no sistema pela recorrida CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado.

#### **5. DAS RAZÕES DO RECURSO**

A Recorrente, L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, apresentou as suas razões no sistema, a qual passa a compor os autos do processo em discussão.

#### **6. DAS CONTRARRAZÕES**

A Recorrida, CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, apresentou as suas contrarrazões no sistema, a qual passa a compor os autos do processo em discussão.

#### **7. DO PEDIDO DO RECORRENTE**

(...) Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento a este Recurso para o fim de **tornar sem efeito a decisão que habilitou a empresa Construmaz Construções Ltda., e declarar a Recorrente habilitada** no RDC04/2022 dessa Instituição. Nesses Termos, Pede Deferimento. Belém, 19 de julho de 2022. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. **(Grifo nosso)**.

#### **8. DA ANÁLISE DO RECURSO**

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos, considerando ainda que no decorrer da primeira fase recursal deste certame a recorrente impetrou denúncia junto a outro RDC eletrônico desta corporação, cito



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

o RDC 03/2022, onde alegou possível caracterização de conluio e suposta interligação de endereços e funcionários em comum entre as empresas Atitude Construtora Eireli, Construmaz Construtora LTDA, caracterizando assim, em tese, formação de grupo econômico para burlar licitações por parte da recorrida. Na oportunidade a comissão do RDC 03/2022 fez requisição de parecer jurídico que, juntamente com diligências realizadas pela CPL/CBMPA, a fim de dar embasamento ao referido parecer, os quais foram acostados aos autos do processo.

Analisando o que fora exposto nas razões e contrarrazões desta atual fase de recurso, observamos não haver fatos novos ao que já havia sido apresentado pelas empresas, já que após a decisão do primeiro recurso, ao qual culminou com o retorno à fase de julgamento de proposta da recorrida, esta comissão do RDC, com base no recebimento da denúncia realizada no RDC 03/2022 deste órgão, registrou tal fato em ATA COMPLEMENTAR, o qual fora dado oportunidade à recorrente e recorrida se pronunciarem no sistema COMPRASNET, onde atestaram que este presidente poderia juntar aos autos todos os documentos (denúncia e defesa prévia) neste processo licitatório, os quais foram disponibilizado o acesso a todos os licitantes. Registra-se ainda que fora realizada diligência a fim de comprovar os fatos relatados junto a denunciante e junto as denunciadas (CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP e ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI) a fim de levantar maiores informações quanto aos seus funcionários, documentos estes acostados aos autos do processo.

Diante do acima exposto, passaremos a análise das ponderações apresentadas pela recorrente:

(...)

Em 25/09/2007 o Sr. MARCELLO PINTO BEZERRA, CPF 399.496.802-04 residente e domiciliado na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA., abriu a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 09.097.907/0001-95, com sede no mesmo endereço do seu sócio/administrador, ou seja na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba- PA. No dia 26 de novembro de 2010 houve o acidente na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A., resultando em 08 óbitos e no ferimento de outros 16 trabalhadores. O Relatório de Investigação de Acidente de Trabalho concluiu que a CULPA foi da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO pela OMISSÃO NA ADOÇÃO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA NO AMBIENTE DE TRABALHO. No dia 05 de outubro de 2012 o INSS propôs a AÇÃO REGRESSIVA DE INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA contra a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. com o escopo de ser ressarcido das despesas causadas pelos benefícios de PENSÃO POR MORTE pagas às famílias de 08 trabalhadores vitimados naquele acidente, mais 16 benefícios de Auxílio Doença concedidos aos servidores da referida empresa. Requereu, também, que fosse determinado que a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. CONSTITUA CAPITAL capaz de suportar a cobrança dos valores determinados na sentença. Ao proferir a sentença, a Juíza do feito



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

condenou a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. A pagar ao INSS “ TODOS OS VALORES DE BENEFÍCIOS QUE A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DESPENDEU A TÍTULO DE PENSÃO POR MORTE E AUXÍLIO DOENÇA, ATÉ A SUA LIQUIDAÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO EM APOSENTADORIA”, mais juros de mora e correção monetária acrescido de honorários de 10% sobre o valor da condenação. Essa sentença foi proferida em 30 de novembro de 2018. O processo, atualmente, encontra-se no Gabinete do Desembargador Federal JOÃO BATISTA MOREIRA para julgamento do Recurso de Apelação interposto pela empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Ocorre que mesmo tendo certeza da sua culpa no acidente ocorrido na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A. que vitimou 24 servidores, o Sócio/Administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., simplesmente deixou de movimentar a referida empresa, justamente para não arcar com o prejuízo causado ao INSS.  
(...)

No que concerne o recorte acima exposto, a recorrente aduz que no ano de 2007 o s.r. Marcelo Pinto Bezerra, constituiu a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, tendo esta sido registrada em seu próprio endereço pessoal, Av. Manfredo Barata, Nº 367, Bairro Boa Esperança, na cidade de Itaituba-PA. Levanta que em 2018, em detrimento de uma condenação em uma ação na justiça devido a um acidente ocorrido em 2010 nas dependências da empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A, teria deixado de movimentar a empresa, em tese, afim de não cumprir suas obrigações pecuniárias do referido processo.

Pelo exposto, a recorrente intencionalmente faz surgir como figura central de seu recurso a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, empresa esta que sequer está participando deste processo licitatório, mas assim o faz como forma de evidenciar que o s.r. Marcello Pinto Bezerra é seu sócio administrador, e que também é Administrador Não Sócio da empresa Construmaz Construtora Ltda, onde neste último recebeu tais poderes por meio de procuração devidamente registrada em cartório. A recorrente tenta nos convencer que em detrimento dos processos judiciais a que o s.r. Marcello responde, desqualificá-lo no sentido de não poderia assumir poderes de administrador não socio da empresa Construmaz, contudo até o presente momento não se observa quaisquer impedimentos legais que nos levem a crer que a participação do mesmo na condição de administrador não sócio da licitante Construmaz constitua vantagem indevida ou mesmo irregularidade.

A figura do s.r. Marcello Pinto Bezerra é trazida à tona nas razões da recorrente de forma a caracterizar que seu endereço é o mesmo registrado como sede das empresas M P B e CONSTRUMAZ. Embora já conste nos autos um comprovante de endereço recente emitido em 11/05/2022 pela operadora de telefonia Vivo em nome do s.r. Marcello Pinto Bezerra, o qual evidencia como sendo seu endereço a rua Niteroi nº 216, conjunto Marex,



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

Bairro Val de cães, Belém-PA, CEP 66617-110 e não o mesmo da sede da recorrida. Embora tenha essa informação, a recorrente insiste em não reconhecer tal fato.

Sendo assim, em pesquisas efetuadas vislumbramos que pode sim funcionar, no mesmo endereço mais de uma empresa, desta forma este presidente realizou diligências no sentido confirmar taxativamente que os endereços dos envolvidos neste processo, inclusive da s.r. a. Deuzimira Lima Lopes, sócia majoritária e administradora da empresa Construmaz Construtora Ltda são diferentes e válidos.

Para comprovação dos endereços citados, este presidente do RDC e membro da CPL/CBMPA realizou no dia 27/07/2022, em conjunto com a presidente do RDC 03/2022-CBMPA, por volta das 9h45 diligência a fim de ratificar a veracidade da existência e do funcionamento do endereço do s.r. Marcello Pinto Bezerra na rua Niteroi nº 216, conjunto marex, Val de Cães, Belém-PA, CEP 66617-110, sendo recebido pela S.ra Maria Elisa Soares da Silva, RG 3907249, CPF 674.582.542-20 (cunhada do Sr. Marcello) afirmou que o local tratava-se de endereço apenas residencial, onde residem: Leonardo Pinto Bezerra (irmão do s.r. Marcello), a informante (esposa do S.r Leonardo), os filhos do casal: Silvio Henrique Bezerra e Maria Eduarda da Silva Bezerra, a Sra. Sônia Maria Pinto Bezerra (mãe do S.r. Leonardo) e Marcello Pinto Bezerra, desta forma registrado a veracidade do endereço informado.

Também fora realizada diligência no endereço residencial da Sra. Maria Deuzimira Lopes de Oliveira, sócia majoritária da empresa Construmaz Construtora Ltda, cito passagem Dr. Dionísio Bentes, nº 681, Curió Utinga, Belém-PA, CEP 66610-070, onde foi verificado que: fomos recebidos pela Sr.<sup>a</sup> Deusdeth Lopes, tendo aproximadamente mais de 85 anos, que informou que não residia no local, que informou que o local se tratava de endereço residencial, que veio de Santarém-Pa, para fins de realizar consulta médica, que a Sr.<sup>a</sup> Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira é sua filha e que a mesma estaria viajando para Santarém-Pa, que ela possui negócios na região de Itaituba-Pa, não foi obtido êxito na tentativa de contato com a Maria Deuzimira via telefone, informou que sabe que a sua filha tem uma empresa, mas não sabe precisar o nome, que ela não tem formação de nível superior, sem maiores informações, registrado a consistência do endereço informado.

Também fora requerido diligência no endereço sede da Licitante construmaz Construtora LTDA, Av. Manfredo Barata, nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA, a qual foi realizada pelos militares **Alex** Gonçalves de Oliveira - SGT BM e **Uiliane** Pereira de Souza Guimarães – CB BM, os quais foram recepcionados pela Sr.<sup>a</sup> Keyla de Jesus Gino, RG 5515800 SSP/PA, CPF 531.474.642-53 (secretária da Empresa Construmaz), informou tratar-se de endereço comercial e residencial, onde funciona o escritório da referida empresa (Construmaz) e residência temporária da Sr.<sup>a</sup> Maria Deuzimira



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Lima Lopes (proprietária da empresa Construmaz), que a mesma reside em Belém-Pa e eventualmente hospeda-se naquele local, e ainda, que a Sr.<sup>a</sup> Keyla desconhece a existência da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, e que a Sr.<sup>a</sup> Maria Deuzimira não resguarda grua de parentesco com o Sr. Marcello Pinto Bezerra, sendo este funcionário legítimo da empresa Construmaz (Engenheiro), sem maiores informações, registrado a consistência do endereço informado.

Neste sentido, não se observa irregularidades quanto ao fiel teor das informações demonstradas nos documentos até então acostados nos autos quanto aos endereços dos envolvidos. Restando comprovado que a Construmaz e o s.r. Marcelo possuem endereços distintos, o que não faz prosperar a ilação da recorrente.

Dando seguimento ao exposto nas razões da recorrida temos:

(...)

Em conluio com a SRA. MARIA DEUZIMIRA PICANÇO FERREIRA, abriu a EMPRESA CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA., que funciona no mesmo endereço residencial do SR MARCELLO PINTO BEZERRA, ou seja na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA. Apesar da Sra. MARIA DEUZIMIRA PICANÇO FERREIRA, figurar como sócia/Administradora da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA.,, na realidade quem administra a referida empresa é o Sr. MARCELLO PINTO BEZERRA, através do mandato de procuração que lhe foi outorgado com plenos poderes. Portanto, a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. foi criada pelo SR. MARCELLO PINTO BEZERRA com o único escopo de poder, MESMO DE MANEIRA INDIRETA e à margem da Lei, participar das licitações, vez que a empresa M P B CONSTRUÇÃO ENGENHARIA LTDA, em decorrência do acidente causado na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A., não pode tirar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

(...)

Neste recorte, a recorrente alega que a Construmaz foi criada pelo senhor Marcello Pinto Bezerra, não levando em consideração o fato de em contrato social, devidamente registrado na junta comercial constar a Sra. Deuzimira Picanço Ferreira como sócia majoritária da empresa Construmaz. O que este presidente vislumbra é que é a delegação de plenos poderes para administração de diversos aspectos formais da empresa ao Sr. Marcello Bezerra, é feito por procuração legítima, conforme corrobora o parecer jurídico nº 150/2022 da Comissão de Justiça do CBMPA, emitido pelo Maj QOBM Abedolins Corrêa Xavier.

Para demonstrar que o s.r. Marcello não está à margem da lei como administrador não sócio, temos o seguinte embasamento o Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2022, onde temos que:





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto \_\_\_\_\_

(...)

Art. 1.011. O administrador da sociedade deverá ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios.

§ 1 Não podem ser administradores, além das pessoas impedidas por lei especial, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

(...)

Desta forma, tendo o Sr. Marcello Pinto Bezerra, respondido a ação penal, cumprindo papel de sócio administrador da Empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, verificou-se que tal processo tramita como Processo Judicial Eletrônico (PJE) sob o número 0000722-15.2011.8.14.0024, sendo constatado que o mesmo encontra-se ainda em primeira instância, ou seja, não tramitado e julgado, e que portanto não tem decisão definitiva que enquadre o senhor Marcello Bezerra como sendo proibido de administrar empresa, conforme preconiza § 1 art. 1.011. Desta forma não se vislumbra impedimento legal para que a Sr.<sup>a</sup> Maria Deuzimira outorgue plenos poderes de administração ao Sr. Marcello Bezerra.

Além disso, em consulta ao Tribunal de Contas da União - TCU, ao emitir a certidão negativa de licitantes inidôneos e de licitantes inabilitados, constata-se que seu nome não consta com impedimentos, conforme se vê:

(...)

Nome completo: **MARCELLO PINTO BEZERRA**

CPF: 399.496.802-04

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:13:28 do dia 21/07/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: GF68210722151328

(...)

(...)

Nome completo: **MARCELLO PINTO BEZERRA**

CPF: 399.496.802-04

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:19:07 do dia 21/07/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: D5AO210722151907

(...)

A recorrente ainda alega que:

(...)

Em 2011 o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ propôs a AÇÃO PENAL, processo Nº 0000422-38.2011.8.14.0024, para apuração do CRIME DE HOMICÍDIO contra os DENUNCIADOS: MARCELLO PINTO BEZERRA e MARVIO NOGUEIRA BARBOSA, em trâmite perante a Vara Criminal da Comarca de Itaituba-PA. Nessa Ação figura como testemunha o Sr. MARCOS ALBY MACHADO DE MIRANDA, que é Sócio/Administrador da empresa ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI. Por coincidência a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. CNPJ: 18.409.353/0001-05, também é estabelecida no mesmo endereço residencial do MARCELLO PINTO BEZERRA que também é o mesmo endereço da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, ou seja: AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, Bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA.

(...)

Causa estranheza, também, o fato de o Sr. MARCOS ALBY MACHADO DE MIRANDA, CPF: que é sócio Administrador da empresa ATITUDE CONSTRUTORA LTDA. CNPJ: 03.478.057/0001-99 figurar como testemunha na AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JURI, processo Nº 0000722-38.2011.8.14.0024, que o MINISTÉRIO PÚBLICO move contra o MARCELLO PINTO BEZERRA, em trâmite perante a Vara Criminal de Itaituba-PA.

(...)

Quanto a este questionamento, trazemos para discussão uma síntese do Código de Processo Penal, Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941:

(...)

Art. 202. Toda pessoa poderá ser testemunha.

Art. 203. A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.

(...)





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

Neste sentido, não vemos nenhum impedimento para que o Sr. Marcos Alby Machado de Miranda testemunhasse em ação movida contra a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

Continuando, a recorrente prossegue:

(...)

É estranho, também, o fato de o Sr. KASSIO PAIVA ser funcionário das duas empresas: CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA e, ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI-EP. Situação idêntica a da Sra. ELIANE GARCIA que também trabalha nas duas empresas, pois além de declarar que trabalha na Empresa CONSTRUMAZ, postou uma foto nas redes sociais fardada com o uniforme da empresa ATITUDE CONSTRUTORA.

(...)

A recorrente utilizou-se de evidências de redes sociais para mensurar que tais funcionários trabalham tanto na empresa ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI, quanto na empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA, conforme se vê nas fotos acostadas na denúncia da recorrente. Para se certificar se havia essa simultaneidade de funcionários, este presidente realizou diligência via e-mail em junho do presente ano junto as duas empresas, ao qual foi solicitado a “Relação de dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP” no período de maio se 2022 (período de realização da licitação) até o momento da solicitação 15/06/2022. A empresa ATITUDE apresentou documentos de competência dos meses de janeiro a maio de 2022, não constando como seus funcionários o S.r Kassio Paiva e nem a Sra. Eliane Garcia nas documentações oficiais acostadas; no que tange a documentação encaminhada pela empresa CONSTRUMAZ, o qual apresentou documentos de competência dos meses de abril e maio de 2022, no qual constou como seu funcionário apenas o Sr. Cassio Paiva de Carvalho, o que fortifica o entendimento de que **as empresas supramencionadas não possuem funcionários em comum quando da época do processo licitatório**, contrariando veemente o afirmado pela recorrente. Pelo contrário, vislumbrou-se ainda que a S.ra Deuzimira Lopes de Oliveira está regularmente percebendo salário da empresa Construmaz Construtora LTDA.

Sobre a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO, CNPJ 09.097.907/0001-95, a terceira empresa mencionada, em uma pesquisa simples no site da receita federal, a mesma ainda consta com seu cartão CNPJ como inapta, logo sem movimentações no período do certame.



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

(...)

Restou provado, portanto, que as empresas M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO; CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA e ATITUDE CONSTRUTORA formam um grupo econômico, pois exploram a mesma atividade, duas estão estabelecidas no mesmo endereço, têm empregados comuns nas três empresas e o sócio/Administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. também é o ADMINISTRADOR não sócio da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. e, como consequência por força do Art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2016, para efeito de declaração de ME e EPP, as RECEITAS BRUTAS das empresas devem ser somadas para identificar o enquadramento das referidas empresas como EPP. Então, as empresas ATITUDE CONSTRUTORA LTDA e CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. fizeram declarações falsas ao participarem das licitações dos anos de 2018 a 2022, vez que, conforme demonstrado abaixo, a soma das suas Receitas Brutas extrapolaram o limite máximo legal previsto na Lei acima mencionada. É considerado grupo econômico quando ficar comprovada a utilização de interpostas pessoas na constituição e no funcionamento de pessoa jurídica, de modo a encobrir quem são os verdadeiros sócios administradores. Comprovada a simulação de constituição de empresa, única e exclusivamente, para fracionar o faturamento de outro empreendimento, e assim garantir a permanência indevidamente da pessoa jurídica como EPP, caracteriza a constituição de pessoa jurídica por interposta pessoa, hipótese que devem ser somadas as receitas brutas das duas empresas. Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo; § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: (...) V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo (...) Ora, se a empresa já estava ciente de que não poderia ostentar a condição de EPP, em contrariedade ao parágrafo 9º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e ainda assim está participando do certame como tal, então a referida empresa apresentou declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, estando, portanto, sujeita às sanções legais-(Art. 156, da Lei Nº 14.133/2021) e editalícias pertinentes, conforme subitem 17.1 do edital. DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NAS LICITAÇÕES O princípio da igualdade, um dos alicerces da licitação, encontra-se expresso na Carta Magna, no art. 37, XXI, verbis: "Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".(O destaque é da denunciante) Como facilmente se percebe, o dispositivo impede que sejam estabelecidas condições que se traduzam em preferência de uns licitantes em desvantagem de outros. Neste



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto \_\_\_\_\_

caso, está provado à farta a intenção da Licitante, ao norte referenciada, em simular se tratar de empresa distinta para que não sejam somadas as suas Receitas Brutas para o fim de declaração de EPP, nos termos do Art. 3º da Lei Nº 123/2016. Agindo dessa maneira a referida empresa fere, de morte, o princípio constitucional da isonomia.

(...)

Conforme parecer da Comissão de Justiça anteriormente citado, e que serviu de subsídio à decisão deste presidente na fase de habilitação e nesta fase recursal, o qual atesta **que não se comprovou a prática de conluio nem formação de grupo econômico entre as empresas Atitude Construtora Eireli, Construmaz Construtora Ltda e MPB Engenharia e Comércio LTDA**, pois tal entendimento corrobora com as diligências realizadas, não havendo provas suficientes até o momento que levem ao somatório das receitas das empresas objetos da denúncia. Resta sim comprovado através de contrato social das empresas ATITUDE e CONSTRUMAZ que se trata de empresas EPP, o qual seus balanços patrimoniais corroboram com tal condição.

Convém destacar que a empresa Atitude Construtora Eirelli e Construmaz Construtora LTDA possuem endereços distintos, sócios distintos, telefones distintos, diferentes e-mails, constas bancárias, e conforme diligência realizada por esta comissão, mesmo a meses da realização deste certame, não ficou evidenciado compartilharem os funcionários que constam na denúncia.

Salientamos que tal decisão leva em considerações os documentos apresentados pela denunciante, bem como defesa prévia da recorrida, além das diligências realizadas. Sendo assim, este presidente se amparou no que estava até o momento ao seu alcance. Registra-se ainda que a empresa ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI não participou deste RDC eletrônico, o que não gerou prejuízo a administração por suposta participação de empresas em grupo durante o mesmo certame.

Por fim a recorrente pondera:

(...)

Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento a este Recurso para o fim de **tornar sem efeito a decisão que habilitou a empresa Construmaz Construções Ltda., e declarar a Recorrente habilitada** no RDC04/2022 dessa Instituição. Nesses Termos, Pede Deferimento. Belém, 19 de julho de 2022. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. **(Grifo nosso)**.

Sendo assim, este presidente decide em manter a decisão que tornou habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA por falta de provas que deem base sólida à decisão contrária.



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

## **9. CONCLUSÃO**

**9.1.** Diante do exposto **CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO**, para o mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, decidindo pela improcedência total das razões apresentadas pela licitante L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34, para o item 01 do Edital do RDC nº 04/2022 - CBMPA, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05.

**9.2.** Nos termos do art. 9º inciso VI e art. 49 §2º do Decreto Estadual nº 1.974/2018 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir em 05 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento.

**9.3.** É a decisão.

Belém-Pará, 02 de agosto de 2022.

CLEBSON LUIZ COSTA  
DA

SILVA:89264304215

Assinado de forma digital por

CLEBSON LUIZ COSTA DA

SILVA:89264304215

Dados: 2022.08.02 11:35:47 -03'00'

**CLEBSON LUIZ COSTA DA SILVA – CAP QOBM**  
Presidente do RDC nº 04/2022-CBMPA

responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo; § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica (...) V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo (...) Ora, se a empresa já estava ciente de que não poderia ostentar a condição de EPP, em contrariedade ao parágrafo 9º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e ainda assim está participando do certame como tal, então a referida empresa apresentou declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, estando, portanto, sujeita às sanções legais-(Art. 156, da Lei Nº 14.133/2021) e editalícias pertinentes, conforme subitem 17.1 do edital. DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NAS LICITAÇÕES O princípio da igualdade, um dos alicerces da licitação, encontra-se expresso na Carta Magna, no art. 37, XXI, verbis: "Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".(O destaque é da denunciante) Como facilmente se percebe, o dispositivo impede que sejam estabelecidas condições que se traduzam em preferência de uns licitantes em desvantagem de outros. Neste caso, está provado à farta a intenção da Licitante, ao norte referenciada, em simular se tratar de empresa distinta para que não sejam somadas as suas Receitas Brutas para o fim de declaração de EPP, nos termos do Art. 3º da Lei Nº 123/2016. Agindo dessa maneira a referida empresa fere, de morte, o princípio constitucional da isonomia. DOS PEDIDOS Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento a este Recurso para o fim de tornar sem efeito a decisão que habilitou a empresa Construmaz Construções Ltda., e declarar a Recorrente habilitada no RDC04/2022 dessa Instituição. Nesses Termos, Pede Deferimento. Belém, 19 de julho de 2022. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA.,

#### Contrarrazão

**18.409.353/0001-05 - CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA**

#### Decisão do Recurso

**Decisão do Presidente da Comissão de Licitação:** Não Procede

**CPF do Presidente:** 89264304215

**Data/Hora:** 02/08/2022 23:27

**Fundamentação do Presidente da Comissão de Licitação:** DECISÃO DO PRESIDENTE Assunto: RESPOSTA ao recurso administrativo referente ao RDC nº 04/2022-CBMPA. Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO OPERACIONAL E ACOMODAÇÕES DO COMANDO GERAL. Licitante Recorrente (razões apresentadas): L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34. Licitante Recorrida (contrarrazões): CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05. Abertura da Sessão: 16/05/2022. 1. INTRODUÇÃO O presidente da comissão do RDC nº 04/2022-CBMPA, no exercício das suas atribuições regimentais designadas pela Portaria nº 130/2022 e, e por força dos art. 45 da Lei 12.462/2011 e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas considerações e decisões acerca do Recurso Eletrônico interposto pela L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, em relação ao Item 01 do RDC supracitado. 2. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRASNET ? 06.336.443/0001-34 - L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA Data/Hora: 13/07/2022 14:42 Julgamento de Proposta: Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta Habilitação de Fornecedor: Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de habilitação 3. DA ACEITABILIDADE DO REGISTRO DE MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO E DO PRAZO Haja vista que as manifestações de intenção de recursos da licitante ocorreram de forma tempestiva e preencheram os requisitos mínimos para suas aceitações, nos termos das legislações vigentes, as mesmas foram aceitas e, iniciado assim o prazo para apresentação de suas respectivas razões. 4. DO REGISTRO DAS RAZÕES E DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO De acordo com o Decreto nº 1.974/2018, em seus arts. 47 e 48, após manifestação de intenção de recurso, o prazo para apresentação das razões do recurso seria de 05 (cinco) dias úteis. Na oportunidade, a recorrente L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA inseriu suas razões de recurso no Sistema Comprasnet dentro do



prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado. As contrarrazões foram inseridas no sistema pela recorrida CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado. 5. DAS RAZÕES DO RECURSO A Recorrente, L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, apresentou as suas razões no sistema, a qual passa a compor os autos do processo em discussão. 6. DAS CONTRARRAZÕES A Recorrida, CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, apresentou as suas contrarrazões no sistema, a qual passa a compor os autos do processo em discussão. 7. DO PEDIDO DO RECORRENTE (...) Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento a este Recurso para o fim de tornar sem efeito a decisão que habilitou a empresa Construmaz Construções Ltda., e declarar a Recorrente habilitada no RDC04/2022 dessa Instituição. Nesses Termos, Pede Deferimento. Belém, 19 de julho de 2022. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. (Grifo nosso).

8. DA ANÁLISE DO RECURSO Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos, considerando ainda que no decorrer da primeira fase recursal deste certame a recorrente impetrou denúncia junto a outro RDC eletrônico desta corporação, cito o RDC 03/2022, onde alegou possível caracterização de conluio e suposta interligação de endereços e funcionários em comum entre as empresas Atitude Construtora Eireli, Construmaz Construtora LTDA, caracterizando assim, em tese, formação de grupo econômico para burlar licitações por parte da recorrida. Na oportunidade a comissão do RDC 03/2022 fez requisição de parecer jurídico que, juntamente com diligências realizadas pela CPL/CBMPA, a fim de dar embasamento ao referido parecer, os quais foram acostados aos autos do processo. Analisando o que fora exposto nas razões e contrarrazões desta atual fase de recurso, observamos não haver fatos novos ao que já havia sido apresentado pelas empresas, já que após a decisão do primeiro recurso, ao qual culminou com o retorno à fase de julgamento de proposta da recorrida, esta comissão do RDC, com base no recebimento da denúncia realizada no RDC 03/2022 deste órgão, registrou tal fato em ATA COMPLEMENTAR, o qual fora dado oportunidade à recorrente e recorrida se pronunciarem no sistema COMPRASNET, onde atestaram que este presidente poderia juntar aos autos todos os documentos (denúncia e defesa prévia) neste processo licitatório, os quais foram disponibilizado o acesso a todos os licitantes. Registra-se ainda que fora realizada diligência a fim de comprovar os fatos relatados junto a denunciante e junto as denunciadas (CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP e ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI) a fim de levantar maiores informações quanto aos seus funcionários, documentos estes acostados aos autos do processo. Diante do acima exposto, passaremos a análise das ponderações apresentadas pela recorrente: (...) Em 25/09/2007 o Sr. MARCELLO PINTO BEZERRA, CPF 399.496.802-04 residente e domiciliado na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA., abriu a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 09.097.907/0001-95, com sede no mesmo endereço do seu sócio/administrador, ou seja na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba- PA. No dia 26 de novembro de 2010 houve o acidente na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A., resultando em 08 óbitos e no ferimento de outros 16 trabalhadores. O Relatório de Investigação de Acidente de Trabalho concluiu que a CULPA foi da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO pela OMISSÃO NA ADOÇÃO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA NO AMBIENTE DE TRABALHO. No dia 05 de outubro de 2012 o INSS propôs a AÇÃO REGRESSIVA DE INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA contra a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. com o escopo de ser ressarcido das despesas causadas pelos benefícios de PENSÃO POR MORTE pagas às famílias de 08 trabalhadores vitimados naquele acidente, mais 16 benefícios de Auxílio Doença concedidos aos servidores da referida empresa. Requereu, também, que fosse determinado que a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. CONSTITUA CAPITAL capaz de suportar a cobrança dos valores determinados na sentença. Ao proferir a sentença, a Juíza do feito condenou a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. A pagar ao INSS “ TODOS OS VALORES DE BENEFÍCIOS QUE A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DESPENDEU A TÍTULO DE PENSÃO POR MORTE E AUXÍLIO DOENÇA, ATÉ A SUA LIQUIDAÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO EM APOSENTADORIA”, mais juros de mora e correção monetária acrescido de honorários de 10% sobre o valor da condenação. Essa sentença foi proferida em 30 de novembro de 2018. O processo, atualmente, encontra-se no Gabinete do Desembargador Federal JOÃO BATISTA MOREIRA para julgamento do Recurso de Apelação interposto pela empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Ocorre que mesmo tendo certeza da sua culpa no acidente ocorrido na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A. que vitimou 24 servidores, o Sócio/Administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., simplesmente deixou de movimentar a referida empresa, justamente para não arcar com o prejuízo causado ao INSS. (...) No que concerne o recorte acima exposto, a recorrente aduz que no ano de 2007 o s.r. Marcelo Pinto Bezerra, constituiu a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, tendo esta sido registrada em seu próprio endereço pessoal, Av. Manfredo Barata, Nº 367, Bairro Boa Esperança, na cidade de Itaituba-PA. Levanta que em 2018, em detrimento de uma condenação em uma ação na justiça devido a um acidente ocorrido em 2010 nas dependências da empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A, teria deixado de movimentar a empresa, em tese, afim de não cumprir suas obrigações pecuniárias do referido processo. Pelo exposto, a recorrente intencionalmente faz surgir como figura central de seu recurso a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, empresa esta que sequer está participando deste processo licitatório, mas assim o faz como forma de evidenciar que o s.r. Marcello Pinto Bezerra é seu sócio administrador, e que também é Administrador Não Sócio da empresa Construmaz Construtora Ltda, onde neste último recebeu tais poderes por meio de procuração devidamente registrada em cartório. A recorrente tenta nos convencer que em detrimento dos processos judiciais a que o s.r. Marcello responde, desqualificá-lo no sentido de não poderia assumir poderes de administrador não socio da empresa Construmaz, contudo até o presente momento não se observa quaisquer impedimentos legais que



nos levem a crer que a participação do mesmo na condição de administrador não sócio da licitante Construmaz constitua vantagem indevida ou mesmo irregularidade. A figura do s.r. Marcello Pinto Bezerra é trazida à tona nas razões da recorrente de forma a caracterizar que seu endereço é o mesmo registrado como sede das empresas M P B e CONSTRUMAZ. Embora já conste nos autos um comprovante de endereço recente emitido em 11/05/2022 pela operadora de telefonia Vivo em nome do s.r. Marcello Pinto Bezerra, o qual evidencia como sendo seu endereço a rua Niteroi nº 216, conjunto Marex, Bairro Val de cães, Belém-PA, CEP 66617-110 e não o mesmo da sede da recorrida. Embora tenha essa informação, a recorrente insiste em não reconhecer tal fato. Sendo assim, em pesquisas efetuadas vislumbramos que pode sim funcionar, no mesmo endereço mais de uma empresa, desta forma este presidente realizou diligências no sentido confirmar taxativamente que os endereços dos envolvidos neste processo, inclusive da s.r. a. Deuzimira Lima Lopes, sócia majoritária e administradora da empresa Construmaz Construtora Ltda são diferentes e válidos. Para comprovação dos endereços citados, este presidente do RDC e membro da CPL/CBMPA realizou no dia 27/07/2022, em conjunto com a presidente do RDC 03/2022-CBMPA, por volta das 9h45 diligência a fim de ratificar a veracidade da existência e do funcionamento do endereço do s.r. Marcello Pinto Bezerra na rua Niteroi nº 216, conjunto marex, Val de Cães, Belém-PA, CEP 66617-110, sendo recebido pela S.ra Maria Elisa Soares da Silva, RG 3907249, CPF 674.582.542-20 (cunhada do Sr. Marcello) afirmou que o local tratava-se de endereço apenas residencial, onde residem: Leonardo Pinto Bezerra (irmão do s.r. Marcello), a informante (esposa do S.r Leonardo), os filhos do casal: Silvio Henrique Bezerra e Maria Eduarda da Silva Bezerra, a Sra. Sônia Maria Pinto Bezerra (mãe do S.r. Leonardo) e Marcello Pinto Bezerra, desta forma registrado a veracidade do endereço informado. Também fora realizada diligência no endereço residencial da Sra. Maria Deuzimira Lopes de Oliveira, sócia majoritária da empresa Construmaz Construtora Ltda, cito passagem Dr. Dionísio Bentes, nº 681, Curió Utinga, Belém-PA, CEP 66610-070, onde foi verificado que: fomos recebidos pela Sr.ª Deusdeth Lopes, tendo aproximadamente mais de 85 anos, que informou que não residia no local, que informou que o local se tratava de endereço residencial, que veio de Santarém-Pa, para fins de realizar consulta médica, que a Sr.ª Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira é sua filha e que a mesma estaria viajando para Santarém-Pa, que ela possui negócios na região de Itaituba-Pa, não foi obtido êxito na tentativa de contato com a Maria Deuzimira via telefone, informou que sabe que a sua filha tem uma empresa, mas não sabe precisar o nome, que ela não tem formação de nível superior, sem maiores informações, registrado a consistência do endereço informado. Também fora requerido diligência no endereço sede da Licitante construmaz Construtora LTDA, Av. Manfredo Barata, nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA, a qual foi realizada pelos militares Alex Gonçalves de Oliveira - SGT BM e Uiliane Pereira de Souza Guimarães - CB BM, os quais foram recepcionados pela Sr.ª Keyla de Jesus Gino, RG 5515800 SSP/PA, CPF 531.474.642-53 (secretária da Empresa Construmaz), informou tratar-se de endereço comercial e residencial, onde funciona o escritório da referida empresa (Construmaz) e residência temporária da Sr.ª Maria Deuzimira Lima Lopes (proprietária da empresa Construmaz), que a mesma reside em Belém-Pa e eventualmente hospeda-se naquele local, e ainda, que a Sr.ª Keyla desconhece a existência da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, e que a Sr.ª Maria Deuzimira não resguarda grua de parentesco com o Sr. Marcello Pinto Bezerra, sendo este funcionário legítimo da empresa Construmaz (Engenheiro), sem maiores informações, registrado a consistência do endereço informado. Neste sentido, não se observa irregularidades quanto ao fiel teor das informações demonstradas nos documentos até então acostados nos autos quanto aos endereços dos envolvidos. Restando comprovado que a Construmaz e o s.r. Marcelo possuem endereços distintos, o que não faz prosperar a ilação da recorrente. Dando seguimento ao exposto nas razões da recorrida temos: (...) Em conluio com a SRA. MARIA DEUZIMIRA PICANÇO FERREIRA, abriu a EMPRESA CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA., que funciona no mesmo endereço residencial do SR MARCELLO PINTO BEZERRA, ou seja na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA. Apesar da Sra. MARIA DEUZIMIRA PICANÇO FERREIRA, figurar como sócia/Administradora da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA., na realidade quem administra a referida empresa é o Sr. MARCELLO PINTO BEZERRA, através do mandato de procuração que lhe foi outorgado com plenos poderes. Portanto, a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. foi criada pelo SR. MARCELLO PINTO BEZERRA com o único escopo de poder, MESMO DE MANEIRA INDIRETA e à margem da Lei, participar das licitações, vez que a empresa M P B CONSTRUÇÃO ENGENHARIA LTDA, em decorrência do acidente causado na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A., não pode tirar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. (...) Neste recorte, a recorrente alega que a Construmaz foi criada pelo senhor Marcello Pinto Bezerra, não levando em consideração o fato de em contrato social, devidamente registrado na junta comercial constar a Sra. Deuzimira Picanço Ferreira como sócia majoritária da empresa Construmaz. O que este presidente vislumbra é que é a delegação de plenos poderes para administração de diversos aspectos formais da empresa ao Sr. Marcello Bezerra, é feito por procuração legítima, conforme corrobora o parecer jurídico nº 150/2022 da Comissão de Justiça do CBMPA, emitido pelo Maj QOBM Abedolins Corrêa Xavier. Para demonstrar que o s.r. Marcello não está à margem da lei como administrador não sócio, temos o seguinte embasamento o Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2022, onde temos que: (...) Art. 1.011. O administrador da sociedade deverá ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios. § 1 Não podem ser administradores, além das pessoas impedidas por lei especial, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação. (...) Desta forma, tendo o Sr. Marcello Pinto Bezerra, respondido a ação penal, cumprindo papel de sócio administrador da Empresa M P B ENGENHARIA E

COMÉRCIO LTDA, verificou-se que tal processo tramita como Processo Judicial Eletrônico (PJE) sob o número 0000722-15.2011.8.14.0024, sendo constatado que o mesmo encontra-se ainda em primeira instância, ou seja, não tramitado e julgado, e que portanto não tem decisão definitiva que enquadro o senhor Marcello Bezerra como sendo proibido de administrar empresa, conforme preconiza § 1º art. 1.011. Desta forma não se vislumbra impedimento legal para que a Sr.<sup>a</sup> Maria Deuzimira outorgue plenos poderes de administração ao Sr. Marcello Bezerra. Além disso, em consulta ao Tribunal de Contas da União - TCU, ao emitir a certidão negativa de licitantes inidôneos e de licitantes inabilitados, constata-se que seu nome não consta com impedimentos, conforme se vê: (...) Nome completo: MARCELLO PINTO BEZERRA CPF: 399.496.802-04 O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU). Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial. Certidão emitida às 15:13:28 do dia 21/07/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão. A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5> Código de controle da certidão: GF68210722151328 (...) (...) Nome completo: MARCELLO PINTO BEZERRA CPF: 399.496.802-04 O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o(a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis com inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, em razão de decisão deste Tribunal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU). Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial. Certidão emitida às 15:19:07 do dia 21/07/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão. A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:VERIFICA> Código de controle da certidão: D5AO210722151907 (...) A recorrente ainda alega que: (...) Em 2011 o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ propôs a AÇÃO PENAL, processo Nº 0000422-38.2011.8.14.0024, para apuração do CRIME DE HOMICÍDIO contra os DENUNCIADOS: MARCELLO PINTO BEZERRA e MARVIO NOGUEIRA BARBOSA, em trâmite perante a Vara Criminal da Comarca de Itaituba-PA. Nessa Ação figura como testemunha o Sr. MARCOS ALBY MACHADO DE MIRANDA, que é Sócio/Administrador da empresa ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI. Por coincidência a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. CNPJ: 18.409.353/0001-05, também é estabelecida no mesmo endereço residencial do MARCELLO PINTO BEZERRA que também é o mesmo endereço da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, ou seja: AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, Bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA. (...) Causa estranheza, também, o fato de o Sr. MARCOS ALBY MACHADO DE MIRANDA, CPF: que é sócio Administrador da empresa ATITUDE CONSTRUTORA LTDA. CNPJ: 03.478.057/0001-99 figurar como testemunha na AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JURI, processo Nº 0000722-38.2011.8.14.0024, que o MINISTÉRIO PÚBLICO move contra o MARCELLO PINTO BEZERRA, em trâmite perante a Vara Criminal de Itaituba-PA. (...) Quanto a este questionamento, trazemos para discussão uma síntese do Código de Processo Penal, Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941: (...) Art. 202. Toda pessoa poderá ser testemunha. Art. 203. A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade. (...) Neste sentido, não vemos nenhum impedimento para que o Sr. Marcos Alby Machado de Miranda testemunhasse em ação movida contra a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Continuando, a recorrente prossegue: (...) É estranho, também, o fato de o Sr. KASSIO PAIVA ser funcionário das duas empresas: CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA e ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI-EP. Situação idêntica a da Sra. ELIANE GARCIA que também trabalha nas duas empresas, pois além de declarar que trabalha na Empresa CONSTRUMAZ, postou uma foto nas redes sociais fardada com o uniforme da empresa ATITUDE CONSTRUTORA. (...) A recorrente utilizou-se de evidências de redes sociais para mensurar que tais funcionários trabalham tanto na empresa ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI, quanto na empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA, conforme se vê nas fotos acostadas na denúncia da recorrente. Para se certificar se havia essa simultaneidade de funcionários, este presidente realizou diligência via e-mail em junho do presente ano junto as duas empresas, ao qual foi solicitado a "Relação de dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP" no período de maio se 2022 (período de realização da licitação) até o momento da solicitação 15/06/2022. A empresa ATITUDE apresentou documentos de competência dos meses de janeiro a maio de 2022, não constando como seus funcionários o S.r Kassio Paiva e nem a Sra. Eliane Garcia nas documentações oficiais acostadas; no que tange a documentação encaminhada pela empresa CONSTRUMAZ, o qual apresentou documentos de competência dos meses de abril e maio de 2022, no qual constou como seu funcionário apenas o Sr. Cassio Paiva de Carvalho, o que fortifica o entendimento de que as empresas supramencionadas não possuem funcionários em comum quando da época do processo licitatório, contrariando veementemente o afirmado pela recorrente. Pelo contrário, vislumbrou-se ainda que a S.ra Deuzimira Lopes de Oliveira está regularmente percebendo salário da empresa Construmaz Construtora LTDA. Sobre a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO, CNPJ 09.097.907/0001-95, a terceira empresa mencionada, em uma pesquisa simples no site da receita federal, a mesma ainda consta com seu cartão CNPJ como inapta, logo sem

movimentações no período do certame. (...) Restou provado, portanto, que as empresas M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO; CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA e ATITUDE CONSTRUTORA formam um grupo econômico, pois exploram a mesma atividade, duas estão estabelecidas no mesmo endereço, têm empregados comuns nas três empresas e o sócio/Administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. também é o ADMINISTRADOR não sócio da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. e, como consequência por força do Art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2016, para efeito de declaração de ME e EPP, as RECEITAS BRUTAS das empresas devem ser somadas para identificar o enquadramento das referidas empresas como EPP. Então, as empresas ATITUDE CONSTRUTORA LTDA e CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. fizeram declarações falsas ao participarem das licitações dos anos de 2018 a 2022, vez que, conforme demonstrado abaixo, a soma das suas Receitas Brutas extrapolaram o limite máximo legal previsto na Lei acima mencionada. É considerado grupo econômico quando ficar comprovada a utilização de interpostas pessoas na constituição e no funcionamento de pessoa jurídica, de modo a encobrir quem são os verdadeiros sócios administradores. Comprovada a simulação de constituição de empresa, única e exclusivamente, para fracionar o faturamento de outro empreendimento, e assim garantir a permanência indevidamente da pessoa jurídica como EPP, caracteriza a constituição de pessoa jurídica por interposta pessoa, hipótese que devem ser somadas as receitas brutas das duas empresas. Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo; § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: (...) V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo (...) Ora, se a empresa já estava ciente de que não poderia ostentar a condição de EPP, em contrariedade ao parágrafo 9º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e ainda assim está participando do certame como tal, então a referida empresa apresentou declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, estando, portanto, sujeita às sanções legais-(Art. 156, da Lei Nº 14.133/2021) e editalícias pertinentes, conforme subitem 17.1 do edital. DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NAS LICITAÇÕES O princípio da igualdade, um dos alicerces da licitação, encontra-se expresso na Carta Magna, no art. 37, XXI, verbis: "Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".(O destaque é da denunciante) Como facilmente se percebe, o dispositivo impede que sejam estabelecidas condições que se traduzam em preferência de uns licitantes em desvantagem de outros. Neste caso, está provado à farta a intenção da Licitante, ao norte referenciada, em simular se tratar de empresa distinta para que não sejam somadas as suas Receitas Brutas para o fim de declaração de EPP, nos termos do Art. 3º da Lei Nº 123/2016. Agindo dessa maneira a referida empresa fere, de morte, o princípio constitucional da isonomia. (...) Conforme parecer da Comissão de Justiça anteriormente citado, e que serviu de subsídio à decisão deste presidente na fase de habilitação e nesta fase recursal, o qual atesta que não se comprovou a prática de conluio nem formação de grupo econômico entre as empresas Atitude Construtora Eireli, Construmaz Construtora Ltda e MPB Engenharia e Comércio LTDA, pois tal entendimento corrobora com as diligências realizadas, não havendo provas suficientes até o momento que levem ao somatório das receitas das empresas objetos da denúncia. Resta sim comprovado através de contrato social das empresas ATITUDE e CONSTRUMAZ que se trata de empresas EPP, o qual seus balanços patrimoniais corroboram com tal condição. Convém destacar que a empresa Atitude Construtora Eirelli e Construmaz Construtora LTDA possuem endereços distintos, sócios distintos, telefones distintos, diferentes e-mails, constas bancárias, e conforme diligência realizada por esta comissão, mesmo a meses da realização deste certame, não ficou evidenciado compartilharem os funcionários que constam na denúncia. Salientamos que tal decisão leva em considerações os documentos apresentados pela denunciante, bem como defesa prévia da recorrida, além das diligências realizadas. Sendo assim, este presidente se amparou no que estava até o momento ao seu alcance. Registra-se ainda que a empresa ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI não participou deste RDC eletrônico, o que não gerou prejuízo a administração por suposta participação de empresas em grupo durante o mesmo certame. Por fim a recorrente pondera: (...) Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento a este Recurso para o fim de tornar sem efeito a decisão que habilitou a empresa Construmaz Construções Ltda., e declarar a Recorrente habilitada no RDC04/2022 dessa Instituição. Nesses Termos, Pede Deferimento. Belém, 19 de julho de 2022. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. (Grifo nosso). Sendo assim, este presidente decide em manter a decisão que tornou habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA por falta de provas que deem base sólida à decisão contrária. 9. CONCLUSÃO 9.1. Diante do exposto CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, decidindo pela improcedência total das razões apresentadas pela licitante L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS

ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34, para o item 01 do Edital do RDC nº 04/2022 - CBMPA, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05. 9.2. Nos termos do art. 9º inciso VI e art. 49 §2º do Decreto Estadual nº 1.974/2018 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir em 05 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento. 9.3. É a decisão. Belém-Pará, 02 de agosto de 2022. CLEBSON LUIZ COSTA DA SILVA – CAP QOBM Presidente do RDC nº 04/2022-CBMPA

**Decisão da Autoridade Competente:** Sem Decisão

**CPF da Autoridade Competente:**

**Data/Hora:**

**Fundamentação da Autoridade Competente:**

Voltar